



RELATÓRIO DE RESULTADOS

2 0 2 5

Palavra do Presidente

O Projeto CRCCE Itinerante – 2025 reafirma nosso compromisso fundamental: estreitar laços com nossa base, ouvir as vozes da categoria e transformar essas contribuições em políticas institucionais concretas.

Nos meses de execução, realizamos nove audiências públicas, ouvindo 1.310 profissionais de forma direta em seus municípios. Junto a isso, aplicamos para compor este material uma pesquisa junto às entidades parceiras nesta jornada – APCEC, ACCEC, Acontece, Sindcont-CE e Sescap-CE – oferecem análises importantes sobre prerrogativas, ambiente regulatório, sustentabilidade econômica, valorização profissional e modernização institucional. desta forma, Juntamente com 908 profissionais representados pelas entidades estaduais, totalizamos 2.218 vozes ativamente envolvidas na construção deste diagnóstico institucional.

Essa iniciativa deixa claro algo que sempre defendemos: o Ceará possui uma classe contábil madura, consciente, tecnicamente preparada e comprometida com a valorização da profissão. As manifestações recebidas, tanto de cidades quanto de entidades, revelam um diagnóstico coeso e uma visão estratégica compartilhada. Entre os temas mais recorrentes, destacam-se:

- Defesa das prerrogativas profissionais, especialmente frente a propostas nacionais que ameaçam a segurança técnica da profissão;
- Precificação justa e sustentável, uma preocupação comum em todas as regiões;
- Educação continuada e interiorização da capacitação como diferencial profissional;
- Valorização institucional do contador através de comunicação assertiva e ações públicas que reforcem seu papel estratégico;
- Integração com órgãos públicos e entidades da classe, ampliando nossa influência técnica.
- Esses pontos demonstram que a contabilidade cearense exige e merece uma agenda contínua de fortalecimento institucional. O relatório esclarece que o futuro da profissão repousa sobre três pilares fundamentais:
- Reconhecimento técnico e científico do fazer contábil como uma ciência essencial à governança pública e privada;

- Valorização econômica e ética, com parâmetros de honorários justos e combate ao aviltamento;
- Proteção das prerrogativas e presença política qualificada, assegurando protagonismo ao contador nos espaços de decisão.

Apresentaremos ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) este documento, não apenas como uma síntese de um ciclo de atividades, mas como um projeto político-pedagógico construído pela própria categoria. É fruto da escuta qualificada, da participação ativa das entidades e da dedicação de todos os profissionais que estiveram conosco neste percurso.

Tenho certeza que o CRCCE seguirá avançando. Iremos ampliar nossas ações pedagógicas, fortalecer a comunicação, criar estruturas permanentes de diálogo regionalizado, defender nossas prerrogativas incansavelmente e colaborar com sindicatos, associações e instituições públicas para garantir um exercício profissional digno, técnico e reconhecido.

Agradeço a cada profissional que nos recebeu em sua cidade, a todas as entidades que contribuíram com suas análises e a toda a equipe envolvida neste projeto.

Continuamos juntos, construindo uma contabilidade forte, valorizada e essencial para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.



Contador Fellipe Guerra

Presidente do CRCCE



FICHA TÉCNICA

Relatório de Resultados – Projeto CRCCE Itinerante 2025

Realização

Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRCCE

Presidente

Contador Fellipe Guerra

Redação e Sistematização do Relatório

Wladia Cardoso e Mônica Vieira

Fotografia

Acervo CRCCE / Mariana Caetano / Arthur Victor

Diagramação e Projeto Gráfico

CQueiroz

Endereço Institucional

Av. da Universidade, 3057 – Fortaleza/CE

Índice

- 05** O propósito e a relevância do projeto CRCCE Itinerante
- 08** Participantes oficiais e funções de cada integrante
- 10** Principais temas e contribuições por município
- 16** Contribuições das entidades contábeis do estado do Ceará
- 20** Diagnóstico integrado: Cidades e entidades
- 23** Síntese comparativa e tendências identificadas
- 24** Considerações finais

1. O Propósito e a relevância do projeto CRCCE Itinerante

O Projeto CRCCE Itinerante é uma iniciativa do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE) que tem como propósito dialogar com a classe contábil, escutar as percepções, demandas e sugestões dos profissionais, de forma direta e democrática.

Estruturado em audiências públicas regionais, o projeto visa à coleta de informações qualificadas para subsidiar a elaboração de um documento técnico sobre prerrogativas profissionais e honorários contábeis, capaz de orientar políticas e subsidiar decisões futuras da categoria.

Mais do que uma agenda de visitas, o projeto consolidou-se como um instrumento de formulação participativa de políticas profissionais, que valoriza as diferenças regionais e reconhece a pluralidade do exercício contábil no estado do Ceará.

Durante o ciclo de execução, o CRCCE alcançou macrorregiões econômicas e sociais do Estado, assegurando representatividade territorial e institucional, conforme evidenciado a seguir:

- **Fortaleza** – capital e centro político, econômico e cultural do estado, serve como ponto estratégico que conecta as demais regiões, consolidando a atuação do Conselho no fortalecimento da categoria contábil e na promoção do desenvolvimento regional;
- **Maracanaú e Maranguape** – situados na Macrorregião Metropolitana de Fortaleza, núcleo dinâmico da economia estadual, marcado pela concentração industrial, de serviços e de instituições de ensino superior.
- **Itapajé** – integrante da Macrorregião do Litoral Oeste / Vale do Curu, cidade polo da região, reconhecida pela força do comércio, da agroindústria e das micro e pequenas empresas;
- **Sobral, Tianguá e São Benedito** – pertencentes à Macrorregião Norte / Serra da Ibiapaba, área de forte diversificação econômica e de crescente interiorização da formação técnica e superior;

- **Icóelguatu** — representando a Macrorregião Centro-Sul, importante elo entre o sertão e as regiões centrais, com expressiva atuação contábil voltada à gestão pública, comércio e serviços regionais; e
- **Juazeiro do Norte** — maior cidade fora da Grande Fortaleza, polo econômico, educacional e religioso da Macrorregião do Cariri, símbolo do empreendedorismo do interior e centro de referência para escritórios e organizações contábeis de médio e grande porte.

Ao percorrer aproximadamente 2.300 quilômetros de estradas e investir mais de 30 horas em deslocamentos, a comitiva do CRCCE conseguiu atingir macrorregiões estratégicas do Estado, ouvindo 1.310 profissionais da contabilidade diretamente em seus territórios de atuação. Essa presença regional fortaleceu o diálogo institucional e consolidou o compromisso do Conselho com uma gestão próxima, participativa e representativa.



Quadro 01 – Cronograma das Audiências Públicas – Projeto CRCCE Itinerante 2025

MÊS	DIA	HORÁRIO	MUNICÍPIO
Março	27	10h às 12h	Maracanaú
Maio	29	15h às 17h	Iguatu
Maio	30	10h às 12h	Icó
Junho	10	10h às 12h	Itapajé
Junho	10	15h às 17h	Sobral
Junho	11	10h às 12h	Tianguá
Junho	11	15h às 17h	São Benedito
Julho	24	15h às 17h	Juazeiro do Norte
Agosto	15	09h45 às 10h30	Fortaleza

As audiências públicas realizadas entre março e agosto de 2025 permitiram um debate produtivo sobre prerrogativas, honorários e desafios regionais da profissão, possibilitando a identificação de padrões de atuação, carências e boas práticas locais.

O projeto também contemplou as principais entidades representativas da classe contábil, nas quais foi realizada uma pesquisa qualitativa junto a seus gestores, os quais representam mais de 900 profissionais da contabilidade no Estado do Ceará.

Quadro 02 – Entidades pesquisadas

ENTIDADE	QUANTIDADE DE ASSOCIADOS
Sindcont – Sindicato dos Contabilistas no Estado do Ceará	380
Apcec – Associação dos Peritos Contadores do Estado do Ceará	42
Sescap – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Ceará	200
Acontece – Associação dos Contabilistas do Estado do Ceará	268
ACCE – Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará	18

O resultado da pesquisa e das audiências foi sistematizado neste documento técnico, que servirá de base para o aperfeiçoamento das políticas contábeis e regulatórias, a ser apresentado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como contribuição estratégica do Ceará para o fortalecimento nacional da classe.

Com essa iniciativa, o CRCCE Itinerante se consolida como um marco de gestão descentralizada, democrática e orientada por evidências, reafirmando o compromisso do Conselho com a valorização técnica, ética e política da profissão contábil e com o desenvolvimento equilibrado das diversas regiões do Estado do Ceará.

2. Participantes oficiais e funções de cada integrante



A execução do Projeto CRCCE Itinerante contou com a colaboração integrada de representantes institucionais e regionais, comissões temáticas e equipes técnicas do CRCCE. Essa composição multidisciplinar permitiu a construção de uma metodologia participativa e legitimada pela presença ativa de profissionais de todas as regiões do Estado, assegurando tanto a representatividade da categoria quanto o rigor técnico das análises e deliberações.

O Presidente do CRCCE, Contador Fellipe Guerra, exerceu papel central de liderança institucional e articulação política, conduzindo pessoalmente às audiências públicas e reafirmando o compromisso do Conselho com a valorização da profissão contábil e a defesa das prerrogativas dos profissionais. Sua atuação garantiu a coerência entre as ações locais e as diretrizes nacionais do sistema CFC/CRCs, fortalecendo a imagem do CRCCE como entidade moderna, participativa e comprometida com a escuta da base.

Na ocasião, o Vice-Presidente de Integração Estadual, Contador Rondinelly Coelho, contou com o apoio dos representantes do conselho de cada região. Os representantes e autoridades contábeis regionais exerceram papel de grande relevância no êxito do projeto. Responsáveis pela articulação local e mobilização dos profissionais em cada macrorregião, atuaram como elos institucionais entre o Conselho e a base da categoria, promovendo a integração entre os escritórios contábeis, as entidades de classe, as instituições de ensino

e os órgãos públicos locais. Sua atuação foi decisiva para o engajamento da categoria, a disseminação das pautas e a identificação das especificidades regionais da profissão. Essa presença territorial fortaleceu o caráter federativo e descentralizado da iniciativa, garantindo que o CRCCE Itinerante refletisse uma escuta institucional verdadeiramente representativa e regionalizada.

A Procuradora Jurídica do CRCCE, Dra. Micheline Holanda, desempenhou função essencial de assessoramento legal e normativo, garantindo a conformidade jurídica das discussões e a aderência das propostas às normativas profissionais e éticas da contabilidade. Sua atuação trouxe segurança institucional às deliberações e orientou as equipes quanto aos aspectos legais que envolvem as prerrogativas profissionais, a responsabilidade técnica e os limites de representação da categoria.

A Comissão de Defesa das Prerrogativas do Profissional Contábil, presidida pela Contadora Aretha Paula Ferreira Soares e tendo como vice-presidente o Contador Iury Gomes Chaves, teve papel de destaque na análise técnica e validação das demandas apresentadas pelos profissionais durante as audiências. Coube à comissão avaliar os relatos e identificar pontos de vulnerabilidade no exercício profissional, propondo medidas de fortalecimento institucional, mecanismos de defesa e estratégias de valorização das prerrogativas da classe. Sua participação assegurou que as recomendações finais do projeto refletissem o equilíbrio entre técnica, ética e representatividade política.

O setor de Comunicação mobilizou a classe contábil, na visibilidade do projeto e na transparência institucional. Por meio de uma comunicação integrada — com cobertura jornalística, mídias digitais e materiais informativos —, assegurou ampla divulgação das etapas e incentivou a participação dos profissionais. Sua atuação fortaleceu a imagem do CRCCE como instituição moderna e transparente, além de garantir padronização e integridade aos dados do relatório final.

Por fim, o setor de Desenvolvimento Profissional foi responsável pelo planejamento técnico e operacional do projeto, abrangendo a logística dos deslocamentos, e suporte às equipes de campo. Em conjunto, a Presidência, a Vice-Presidência, a Procuradoria Jurídica, a Comissão de Prerrogativas, as autoridades regionais e as equipes técnica de Comunicação formaram uma estrutura institucional sólida e sinérgica. Essa composição assegurou a legitimidade do processo, a profundidade técnica das análises e a credibilidade do documento técnico final, consolidando o Projeto CRCCE Itinerante como modelo de governança participativa, escuta institucional e valorização das prerrogativas profissionais no âmbito da Contabilidade.

3. Principais temas e contribuições por município

a) Maracanaú e Maranguape

- Fortalecimento do diálogo entre o Conselho e os profissionais da região metropolitana.
- Discussões sobre honorários contábeis, prerrogativas e condições de mercado.
- Destaque para a escuta ativa e o reconhecimento da contabilidade como instrumento de desenvolvimento social e econômico.



Reunião em Maracanaú



Reunião em Maranguape

b) Iguatu e Icó

- Ênfase na educação continuada e nos cursos gratuitos do CRCCE.
- Solicitação de melhorias no atendimento de órgãos fiscais e maior interiorização de serviços.
- Discussões sobre os projetos de lei federais que tratam das prerrogativas da profissão.
- Proposta de criação de parâmetros orientativos de honorários.



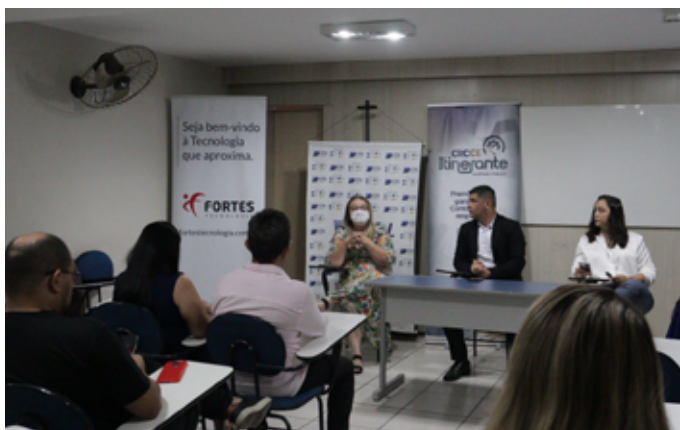
Reunião em Iguatu



Reunião em Icó

c) Itapajé

- Reivindicação pela reativação de delegacias regionais e presença institucional do CRCCE.
- Pedido de cursos presenciais sobre reforma tributária, SPED e obrigações acessórias.
- Sugestão de ações de valorização profissional e comunicação institucional.



Reunião em Itapajé



Reunião em Sobral

d) Sobral

- Reflexões sobre imagem pública e ética profissional.
- Proposição de exclusividade técnica do contador na declaração de IRPF.
- Debate sobre termo de responsabilidade técnica e campanhas educativas sobre o papel do contador.

e) Tianguá e São Benedito

- Foco na motivação estudantil e na baixa adesão ao Exame de Suficiência.
- Discussão sobre os impactos da tecnologia e da inteligência artificial na profissão.
- Propostas de campanhas públicas de valorização da contabilidade e conscientização social.



Reunião em Tianguá



Reunião em São Benedito

f) Juazeiro do Norte

- Ênfase na defesa das prerrogativas profissionais e nas ameaças de desregulamentação.
- Debate sobre o papel consultivo e estratégico da contabilidade no novo cenário econômico.
- Reforço na necessidade de educação ética e formação crítica dos profissionais.



Reunião em Juazeiro do Norte

g) Fortaleza

- Fortalecer a presença do Conselho nos municípios, participando de debates em órgãos voltados ao contribuinte e promovendo a modernização da legislação local. Essa contribuição visa uma maior interação com a comunidade e a atualização das práticas contábeis em consonância com as demandas atuais.



Reunião em Fortaleza

3.1 Convergências e Tendências Gerais

A análise das nove audiências públicas evidencia forte coesão nas preocupações e propostas da classe contábil cearense, independentemente da região.

Os principais pontos em comum foram:

- **Valorização Profissional e Reconhecimento Social** – A categoria reivindica maior visibilidade e respeito institucional, ressaltando que o contador é um agente de transformação econômica, social e ética. A valorização envolve tanto a remuneração justa quanto o fortalecimento simbólico da profissão.
- **Honorários Contábeis e Sustentabilidade Econômica** – Há consenso sobre a importância de o CRCCE disponibilizar estudos técnicos e parâmetros de referência para formação de honorários, respeitando os limites legais da autarquia.
- **Prerrogativas e Defesa Institucional** – Os profissionais demonstraram preocupação com os projetos de lei federais (PLs 3.081/2022 e 3.178/2024), que podem fragilizar o exercício contábil. As falas reforçaram o papel do CRCCE como porta-voz da categoria e guardião das atribuições técnicas.
- **Educação Continuada e Formação Técnica** – O interior clama por cursos presenciais e capacitações acessíveis, além de incentivo à formação ética e motivação estudantil. A educação é vista como instrumento de valorização e diferenciação profissional.
- **Relação com Órgãos Públicos** – Em todas as regiões, houve menções à necessidade de melhoria no atendimento da SEFAZ e Receita Federal e à importância de articulações interinstitucionais para simplificar rotinas e ampliar a eficiência dos serviços.
- **Ética e Comunicação Institucional** – Foram registradas preocupações com práticas concorrenciais desleais e desinformação nas redes sociais. Sugere-se o fortalecimento da comunicação do Conselho e a ampliação de campanhas educativas e de valorização da imagem da contabilidade.

4. Contribuições das entidades contábeis do estado do Ceará



Com vistas a fortalecer o embasamento técnico e institucional do Estudo sobre Prerrogativas Profissionais e Honorários Contábeis, o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE) promoveu consulta formal às entidades representativas da classe contábil no Estado — APCEC, ACCEC, Acontece, Sindcont-CE e Sescap-CE. As manifestações recebidas, sistematizadas de forma qualitativa, evidenciam a maturidade das instituições na análise dos desafios estruturais da profissão e apontam caminhos convergentes para o fortalecimento da categoria em âmbito estadual e nacional.

4.1 Prerrogativas Profissionais: Consolidação Institucional e Proteção Técnica

O conjunto das contribuições evidencia a necessidade de reafirmação e defesa das prerrogativas privativas da profissão contábil, especialmente diante da sobreposição de atribuições com outras categorias profissionais e da ausência de mecanismos legais eficazes de proteção.

O Sindcont-CE defende a criação de um marco legal atualizado, que assegure a exclusividade do contador em áreas como perícia contábil, auditoria e planejamento tributário, atualmente invadidas por profissionais sem a devida habilitação técnica. A entidade propõe atuação judicial estratégica, com procuradorias regionais fortalecidas, para impugnar editais e práticas que violem prerrogativas legais.

O Sescap-CE e a ACCEC convergem no diagnóstico de que é necessário reconhecimento ampliado do papel consultivo e estratégico do contador, sobretudo em matéria tributária, societária e de governança corporativa. Ambos sugerem campanhas de valorização pública e diálogo permanente com órgãos reguladores e fazendários, reforçando a centralidade da contabilidade na conformidade e sustentabilidade das empresas.

A APCEC manifesta preocupação com a desvalorização da perícia contábil, especialmente no contexto do Poder Judiciário, onde os honorários de peritos têm sido reiteradamente contestados. A associação recomenda estreitamento institucional entre o Sistema CFC/CRCs, o Tribunal de Justiça e a OAB, consolidando o contador como referência técnica consultiva em processos judiciais.

Por sua vez, a Acontece propõe a criação de canais permanentes de representação junto a órgãos como SEFAZ, SEFIN e Receita Federal, assegurando presença técnica e institucional ativa nas instâncias decisórias e reforçando o posicionamento da profissão perante o setor público.

4.2 Honorários Contábeis: Diretrizes de Valorização e Sustentabilidade Econômica

As entidades reconhecem que a precificação dos serviços contábeis continua sendo um dos principais desafios para a sustentabilidade e valorização da profissão. Há consenso de que o aviltamento de honorários e a concorrência desleal comprometem a credibilidade do mercado e o equilíbrio econômico dos escritórios contábeis.

O Sindcont-CE defende a adoção de tabelas referenciais de honorários elaboradas pelos sindicatos, associadas a contratos formais detalhados que delimitem o escopo e as responsabilidades de cada serviço prestado. Propõe ainda que o CRC atue com rigor na fiscalização ética, punindo práticas de aviltamento de preços que comprometam a qualidade técnica do serviço contábil.

O Sescap-CE reforça a importância de instrumentos nacionais de referência, propondo modelos contratuais padronizados, certificação de qualidade de escritórios contábeis e campanhas educativas para que a cobrança de honorários seja pautada em valor percebido e complexidade técnica, e não em custos operacionais.

A Acontece propõe um enfoque voltado ao desenvolvimento gerencial dos escritórios, com ênfase em capacitação, gestão financeira e precificação estratégica, afirmando que a educação continuada é o mecanismo mais eficaz para superar o aviltamento e promover a valorização profissional.

Por sua vez, a APCEC e a ACCEC enfatizam a necessidade de estudos comparativos entre associações e a busca de referenciais técnicos nacionais para parâmetros de honorários, sobretudo nas áreas de perícia e consultoria tributária. Ambas destacam a necessidade de simplificação das obrigações acessórias e de incentivos aos pequenos empreendimentos, visando equilibrar custos e responsabilidades.

4.3 Proposições Estratégicas e Recomendações Institucionais

De forma convergente, as contribuições das entidades delineiam um conjunto de diretrizes estratégicas que devem nortear a atuação do Sistema CFC/CRCs e das entidades de classe:

- **Integração Institucional** — Construção de uma agenda unificada entre Sindicatos, Federações e Conselhos Regionais, garantindo atuação harmônica e representatividade nacional consistente.
- **Educação Continuada e Gestão Profissional** — Implementação de programas de capacitação técnica e gerencial voltados à precificação, liderança e sustentabilidade de negócios contábeis.
- **Campanhas de Valorização Pública** — Adoção de estratégias de comunicação e marketing institucional que evidenciem o contador como agente estratégico de gestão e desenvolvimento econômico.
- **Atuação Jurídica e Política Coordenada** — Fortalecimento da defesa judicial e legislativa das prerrogativas profissionais, inclusive com propostas de atualização normativa da Lei de 1946.
- **Fiscalização Ética e Combate ao Aviltamento** — Adoção de mecanismos de controle e penalização de práticas desleais, associando ética profissional à valorização econômica.

4.4 Síntese Analítica e Considerações Finais

A consolidação das contribuições das entidades contábeis cearenses revela um posicionamento institucional coeso e orientado à modernização da profissão. Os temas recorrentes — valorização das prerrogativas, precificação justa, articulação política e educação continuada — traduzem uma visão contemporânea e gerencial da contabilidade enquanto atividade intelectual essencial à governança e à sustentabilidade das organizações.

O conjunto das análises reforça o papel do Projeto CRCCE Itinerante como instrumento inovador de escuta institucional, capaz de promover integração, inteligência coletiva e alinhamento estratégico entre o Conselho e as entidades representativas. As contribuições ora apresentadas servirão de subsídio técnico para a formulação de políticas e ações voltadas à defesa, valorização e fortalecimento da profissão contábil no Ceará e no Brasil.



5. Diagnóstico integrado: Cidades e entidades



5.1 Valorização e Representatividade Profissional

De modo geral, há um entendimento unânime de que o reconhecimento social e institucional do contador é fundamental para fortalecer a profissão. Os profissionais do interior destacam a necessidade de ações concretas para ampliar a presença do CRCCE nas regiões mais afastadas, através de delegacias regionais, visitas técnicas e audiências públicas. Essas ações contribuem para aproximar o Conselho das bases locais, fortalecer o relacionamento com os profissionais e, por consequência, aumentar o protagonismo do contador na sociedade. Além disso, as entidades reforçam a importância de uma representação política e institucional constante junto a órgãos de grande impacto, como a SEFAZ, SEFIN, Receita Federal, além de associações empresariais e órgãos de governança pública. O reconhecimento da contabilidade como função estratégica, que promove transparência, sustentabilidade e desenvolvimento econômico, deve ser difundido de forma mais ampla junto à sociedade civil e às autoridades públicas.

5.2 Honorários Contábeis e Sustentabilidade Econômica

A discussão sobre honorários revela uma preocupação recorrente e articulada de diferentes regiões. O principal desafio é estabelecer uma remuneração justa pelo escopo e pela responsabilidade técnica assumida pelo profissional contábil, tema ainda visto como uma questão cultural e estrutural do mercado.

As entidades propõem que o CRCCE atue de forma orientadora, elaborando estudos de referência, critérios de precificação por porte e complexidade, além de fornecer ferramentas de cálculo e contratos-padrão.

O objetivo é disseminar uma cultura de valorização baseada em meritocracia, em que o preço reflita a responsabilidade, a expertise e o valor entregues ao cliente, e não apenas custos operacionais ou competição predatória.

A criação de um “Guia Prático de Precificação Contábil” é vista como uma estratégia concreta para elevar a profissionalização e reforçar a percepção do valor do serviço.

5.3 Defesa das Prerrogativas e Segurança Jurídica da Profissão

A ameaça de invasões de campo técnico por profissionais sem habilitação é uma preocupação constante e transversal às regiões. Projetos de lei federais prejudiciais, bem como prática de invasão de áreas específicas, como perícia e consultoria tributária, frustram os direitos da categoria.

Por isso, há uma demanda forte por ações institucionais coordenadas, incluindo a criação de um núcleo dedicado às prerrogativas dentro do CRCCE, parcerias com a OAB e o TJ para reconhecimento formal da perícia como atividade privativa de contabilistas, além de ações judiciais estratégicas.

Essas ações visam assegurar a segurança jurídica do exercício profissional, reafirmar a exclusividade das atribuições técnicas e resguardar a responsabilidade técnica do contador, que é vitais para manter a credibilidade e a autoridade da profissão diante do mercado e da sociedade.

5.4 Educação Continuada e Formação Técnica

Todos concordam que a qualificação técnica permanente é um elemento crucial para a valorização profissional. Pedem a ampliação de polos regionais de capacitação, que possam oferecer cursos presenciais acessíveis, abordando temas de atualidade e praticidade, como reforma tributária, LGPD, auditoria, perícia, contabilidade consultiva, entre outros.

O reforço na formação técnico-ética, aliado à especialização e ao desenvolvimento de competências empreendedoras, é considerado uma estratégia de diferenciação perante o mercado.

Essa abordagem estimula uma cultura de aprendizado contínuo, elevando o nível técnico dos profissionais, o que resultará em maior confiança, maior valor agregado e maior capacidade de atender às demandas atuais do mercado.

5.5 Ética, Comunicação e Imagem Pública da Profissão

As ações de fortalecimento da reputação do contador também estão entre os principais pontos de convergência. As campanhas de valorização visam projetar a contabilidade como uma atividade de confiança, responsável pela transparência e legalidade das organizações.

Os participantes destacam que é essencial sensibilizar a sociedade, empresas e o mercado sobre o papel estratégico do profissional, promovendo uma comunicação assertiva, com materiais dirigidos ao público geral e às empresas.

Além disso, é importante combater a concorrência desleal, práticas de aviltamento de preços e desinformação, que fragilizam a credibilidade da profissão. Essas ações contribuem para consolidar a imagem do contador como um agente de segurança e prosperidade, capaz de gerar desenvolvimento sustentável e de atuar com ética e responsabilidade.

6. Síntese comparativa e tendências identificadas

O cruzamento entre as falas regionais e as manifestações das entidades demonstra uma coerência notável de diagnóstico e um consenso quanto aos caminhos para o fortalecimento da classe contábil.

O quadro 02 a seguir apresenta as principais tendências observadas durante a execução do projeto;

Quadro 03 – Tendências Observadas

EIXO TEMÁTICO	PERCEPÇÕES REGIONAIS	PROPOSTAS INSTITUCIONAIS	DIRETRIZ DE APRIMORAMENTO
Prerrogativas Profissionais	Defesa das atribuições exclusivas do contador (PLs 3.081/22 e 3.178/24)	Ação conjunta entre CFC, CRCCE e entidades	Criação de Núcleo de Prerrogativas e convênios com OAB/TJCE
Honorários Contábeis	Demanda por parâmetros orientativos	Programas de precificação e educação empreendedora	Guia de Honorários Contábeis com abordagem pedagógica
Educação Continuada	Carência de cursos presenciais e interiorizados	Formação técnica e empreendedora	Expansão da EPC em pólos regionais
Valorização e Comunicação	Imagem pública fragilizada	Campanhas de valorização e ética	Plano estadual de comunicação institucional
Relação com Órgãos Públicos	Atendimento precário da SEFAZ e Receita Federal	Parcerias e fóruns técnicos não somente com estes órgãos, mas todos aqueles que têm relação direta com o contribuinte.	Comitês permanentes de interface institucional

7. Considerações finais



A análise integrada dos dados do CRCCE Itinerante demonstra que o Conselho tem diante de si uma oportunidade estratégica de reposicionar a contabilidade cearense.

As manifestações regionais e institucionais reforçam que o fortalecimento da profissão não depende apenas de fiscalização ou regulamentação, mas de uma política contínua de escuta, educação e integração institucional.

O relatório técnico consolidado sugere, portanto, que o CRCCE priorize em sua agenda 2026:

- A criação de estruturas permanentes de escuta e diálogo regionalizado;
- A implementação de projetos pedagógicos e comunicacionais de valorização profissional;
- E o fortalecimento de uma rede integrada de entidades, com papéis complementares, em defesa das prerrogativas, da ética e da sustentabilidade econômica da contabilidade.

O **Projeto CRCCE Itinerante – 2025** representou um marco na consolidação de uma **nova cultura institucional participativa no âmbito da Contabilidade cearense**. Ao percorrer as principais macrorregiões do Estado e dialogar diretamente com os profissionais da base, o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará reafirmou seu papel como **instrumento de mediação técnica, política e ética da profissão contábil**.

A análise integrada dos dados coletados nas audiências públicas e nas contribuições das entidades demonstra a existência de um **alinhamento estratégico entre a percepção da categoria e as diretrizes institucionais do Sistema CFC/CRCs**. Essa convergência evidencia que a valorização do contador depende, simultaneamente, de três dimensões estruturantes:

1. **Reconhecimento técnico e científico** do conhecimento contábil como campo essencial à governança pública e privada;
2. **Valorização econômica e ética** da profissão, por meio de parâmetros justos de remuneração e atuação responsável; e
3. **Fortalecimento político e institucional** das prerrogativas e da representação da classe contábil nas instâncias decisórias.

Sob o ponto de vista técnico-científico, as manifestações regionais e institucionais destacaram que a contabilidade deve ser compreendida como **ciência aplicada à sustentabilidade organizacional e à transparência socioeconômica**, e não apenas como atividade operacional. Essa perspectiva reafirma o papel do contador como **profissional de interesse público**, cuja atuação impacta diretamente na eficiência do Estado, na competitividade empresarial e na integridade das informações financeiras.

Do ponto de vista socioeconômico, o relatório demonstra que a **valorização profissional está intrinsecamente ligada à educação continuada e à comunicação institucional**. A ampliação dos pólos de capacitação, a disseminação de conteúdos técnicos sobre reforma tributária e perícia contábil, e o fortalecimento da imagem pública do contador são elementos que se convertem em fatores de legitimação social da profissão.

Politicamente, o CRCCE Itinerante reafirma a necessidade de **articulação permanente entre Conselho, Sindicatos e Associações**, de modo a construir

um sistema contábil cearense coeso, ético e representativo. A convergência das entidades — Acontece, Sindicant, APCEC, SESCOAP e ACCEC — comprova que a defesa das prerrogativas e a luta contra o aviltamento de honorários devem ser pautadas por **unidade institucional, rigor jurídico e formação crítica.**

Assim, o projeto não apenas identificou desafios, mas também apontou caminhos concretos para o **aprimoramento das políticas públicas profissionais**, entre eles:

- a criação de um Núcleo de Prerrogativas Profissionais no âmbito do CRCCE;
- o desenvolvimento de um Guia Prático de Honorários Contábeis;
- a expansão territorial dos programas de Educação Profissional Continuada (EPC); e
- o lançamento de campanhas estaduais de valorização da contabilidade, em parceria com as entidades representativas e órgãos de governo.

Em síntese, **o CRCCE Itinerante consolidou-se como um modelo de governança participativa** e como um **laboratório de escuta qualificada e formulação de políticas para a classe contábil.** Sua metodologia — baseada em evidências, diálogo e descentralização — transforma o Conselho em um **agente de desenvolvimento profissional e institucional** para todo o Ceará.

Ao encaminhar este relatório técnico ao **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, o CRCCE entrega não apenas um conjunto de diagnósticos e recomendações, mas um **projeto político-pedagógico de valorização da contabilidade**: um documento que traduz a maturidade de uma classe que, unida, consciente e tecnicamente preparada, reafirma seu compromisso com o **progresso econômico, a ética e o desenvolvimento social do Estado e do País.**

Anexos

ACESSE OS DOCUMENTOS E REGISTROS DAS REUNIÕES:

Atas **CLIQUE AQUI**

https://drive.google.com/drive/folders/1hJpzRz0efQwi2DDlwQgYs9_RpE6fr-qLI?usp=drive_link

Assinaturas **CLIQUE AQUI**

https://drive.google.com/drive/folders/12RPT7JSIp6oezI1lOAX0igPjQXyiXSR-V?usp=drive_link

Fotos **CLIQUE AQUI**

<https://drive.google.com/drive/folders/19lgG-EVilL-inajHTfxomK04iSwXVIBg?usp=sharing>





CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ



Informações:

Av. da Universidade, 3057 – Fortaleza/CE

CEP – 60020-181

Telefone: (85) 3194-6000

conselho@crc-ce.org.br